

## Índice

<b>Capítulo</b>	<b>Páginas</b>
<b>I Introdução</b>	
<b>II Descrição de riscos no país</b>	
<b>III Aspectos institucionais e compromissos políticos</b>	
<b>IV Aplicações/instrumentos de gestão de riscos</b>	
<b>V Gestão de conhecimentos</b>	
<b>VI Planos de preparação de contingências</b>	
<b>VII Práticas de gestão dos riscos de desastres</b>	
<b>VIII Propostas a serem abordadas durante a Conferencia Mundial sobre a Redução de Desastres</b>	



## I. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado para ser apresentado à Conferência Internacional de Kobe-Hyogo a ter lugar no Japão em Janeiro de 2005 e o mesmo apresenta informação sobre a situação de risco em Angola.

O relatório dá realce as actividades em curso que contam algumas delas com a cooperação da comunidade internacional e em particular do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) .

Angola é um Estado Democrático de Direito localizado geograficamente no hemisfério sul do Continente Africano com uma extensão territorial de 1.246.700 Km<sup>2</sup>, com um clima predominante tropical húmido, cuja divisão Politico Administrativa é de 18 Províncias, 164 Municípios e 528 comunas, com uma população estimada em cerca de 14.227.000 (catorze milhões duzentos e vinte e sete mil habitantes).

O conflito armado que se prolongou por mais de 30 anos não só causou prejuízos humanos e materiais, mas afectou gravemente o estado socio-económico do país, o que levou o Governo a ter como principal prioridade a garantia da segurança das populações e das infra-estruturas, tendo os desastres naturais e tecnológicos recebido menor atenção, embora e sempre que necessário se tivesse realizado algumas actividades pontuais de protecção as populações nesta matéria.

Apesar de ocorrer com pouca intensidade registam-se no País actividade sísmica (terramotos e vulcões), ciclones, incêndios, raios, cheias, calemas, deslizamentos de terra, ravinas e seca. A estes desastres naturais, junta-se também de uma forma geral, a ameaça do HIV/SIDA, a pandemia do século.

Tal como acontece em Africa onde ao longo das últimas décadas têm aumentado as catástrofes naturais e provocadas pelo homem em Angola na última década mais pessoas foram afectadas por desastres naturais e as perdas económicas estão aumentar.

Existem actualmente em Africa politicas e mecanismos institucionais de redução de riscos de catástrofes naturais em vários graus de realização contudo a eficácia é limitada, daí a necessidade de uma aproximação estratégica para melhorar e realçar a sua eficácia e eficiência ao acentuar a redução de riscos de catástrofes naturais.

Com o objectivo de por em pratica a estratégia definida no Continente Africano, o Governo de Angola encontra-se participando em distintas actividades e conferencias promovidas internacionalmente, entre as quais se destacam as iniciativas do Sistema das Nações Unidas, resultando para o efeito a criação da Lei de bases de Protecção Civil (Lei 28/03 de 7 de Novembro de 2003) para prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de possíveis acidentes graves, calamidades naturais ou tecnológicas assim

como, a implementação de um Projecto de Apoio a Criação de um Sistema Nacional de Protecção Civil.

## **II.DESCRICÃO DE RISCOS NO PAÍS**

A redução de riscos começa pela identificação dos mesmos, envolvendo a avaliação de riscos e de alerta rápida. A pratica de identificação de risco em Africa e concretamente em Angola é ainda muito limitada . Existem em partes de Africa alguns sistemas de alerta rápidos sub-regionais que abrangem segurança alimentar, seca e factores climáticos mais, sistemas de monitorização da desertificação só agora estão a ser desenvolvidos. Alguns Países realizaram avaliações de vulnerabilidade e capacidade, mas estas destinavam-se a apoiar a gestão da assistência alimentar e da protecção social. Os mapas da capacidade de utilização de terras raramente indicam os perigos de desastres mais alguns Países estão a melhorar a sua cobertura. Em Africa o foco continuado na resposta de emergência resulta numa maior ênfase sobre avaliação de perdas pós catástrofes naturais do que sobre a avaliação antecipada de risco.

Os mapeamentos de riscos que foi levados acabo ocorreram através de processos topo-base com pouca participação de pessoas ou estimativas de riscos subjectivos.

Contudo, a pratica crescente de reunir consultas entre intervenientes sobre perspectivas climáticas e avaliação de base comunitária da vulnerabilidade das erupções vulcânicas são exemplos de progresso na inspecção da avaliação participativa de riscos em Africa.

Em Angola, tem-se levado a cabo a avaliação de desastres de uma forma sectorial e realizaram-se acções e avaliações nas seguintes áreas:

### **a) Actividade Sísmica.**

A actividade sísmica data desde os anos 1943 à 1965 tendo sido sentidos em Angola 129 sismos todos de intensidade relativamente pequenas. A intensidade máxima observada foi de VI-VII graus na escala de Mercalli na região do Iona em 1968 com referências bibliográficas e registos obtidos nas estações sismográficas de Lubango, Luanda e Dundo. Ainda neste âmbito há a salientar o sismo de 13 de Abril de 1999 com magnitude 5,5 graus na escala de Richter, cujo epicentro localizou-se nas coordenadas geográfica 16° - 64 S e 20° - 95 E, que corresponde a região do Kuando-Kubango entre rios Utembo e Luengue zona aparentemente despovoada, com maior magnitude dos que ocorreram naquele ano em África, reportado pelos Serviços Geológicos da Africa do Sul.

Registaram-se recentemente actividades sísmicas em outras localidades do país, nos dias 5, 6 e 7 de Março de 2003 na província da Huíla e no dia 11 de Maio de 2003 na província do Bié, que segundo inquéritos estiveram entre os graus III-IV na escala de Mercalli e com magnitude entre 4-5 na escala de Ritcher.

Em Angola até os anos sessenta existiram três estações sismógrafas em Luanda, Dundo e Lubango que se mantiveram desactivadas durante o período de guerra. Actualmente existe um estudo resultante da iniciativa conjunta do Instituto Geológico de Angola, da Universidade Agostinho Neto e do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no sentido de retomar a actividade de controlo das ocorrências de fenómenos sísmicos que tenham lugar no território nacional.

#### **b) Inundações.**

De acordo com os dados relativos ao período de 2002 a 2004 ocorreram várias inundações em algumas regiões do país resultante das fortes quedas pluviométricas que originaram o aumento dos caudais dos rios em diversas regiões concretamente nas províncias do Bengo, Benguela, Namibe, Huíla, Kuanza-Norte, Kuando-Kubango, Huambo e Bié, tendo causado mortos, famílias desalojadas, casas destruídas e milhares de hectares de terras destruídos como a seguir se descreve:

<b>PROVINCIAS</b>	<b>MUNICIPIOS/RIOS</b>	<b>PREJUÍZOS</b>
Benguela	Dombe -Grande /Rio koporolo	16 casas destruídas, 5000 famílias afectadas, 500 há afectadas
Huambo	Caála, Katchiungo, Tchicala Tcholohanga	324 casas destruídas, 1944 pessoas afectadas, 65.064 há afectados e 10 mortos
Bié	Rios Vilande, Canje, Júlio Kaluanda, Cassanje, Kwanza Kuquema	1298 casa destruídas, 6795 famílias afectadas, 16 mortos 368400 há de culturas afectadas, 4 pontes destruídas (rios Kaluapande, Canje e Kaluvala (2))
Namibe		32.000 famílias foram severamente afectadas, perdendo as suas residências e campos cultivados, houve o registo de (13) mortos. Destruição das pontes sobre os rios Bero, Giraul e Curoca.
Bengo	Kwanza, Dande, Onzo e Úcua.	177 residências destruídas, (4042) há destruídos, (3639) famílias sinistradas
K.Kubango	Menongue, Kuelel, Kuatili, Caiundo, Úrica, Kuangar, Katuitui, Savati.	Erosão dos solos nas zonas altas, erosão das vias primárias e secundárias, destruição de 500 casas, surgimento de pragas e doenças. Áreas afectadas 4953 hectares no Município do Menongue, 1181 hectares no Município do Kuangar, 12581 famílias afectadas e 500 residências destruídas.

### **c) Seca**

#### **Província do Cunene**

O Cunene foi afectado por longa estiagem com apenas 49,0 mm de precipitações durante a campanha agrícola.

A ausência notória de chuvas provocou a seca da maior parte das principais culturas na região, tais como: massango, massambala, milho e feijão. Não obstante a resistência do massango à seca, pode-se observar que em muitos campos mesmo que nesta altura recebam alguma quantidade de quedas pluviométricas, a recuperação desta cultura não será possível. Esta situação implica que a previsão das colheitas seja considerado como fracasso (0 a 25%) da produção normal, dado que os rendimentos não passarão dos 200 a 300 Kg/há, estando em causa a sobrevivência de 250.000 pessoas que habitam nestas zonas. Os pontos de água de escurrimentos superficiais não receberam quantidades suficientes de chuvas antevendo-se desde já grande escassez de água até a próxima época chuvosa.

#### **Província do Namibe**

A precipitação anual não é uniforme sendo a parte Sul da Província a mais afectada com a seca onde as quedas pluviométricas são inferiores à 100 mm. Da avaliação efectuada sobre a situação constatou-se que, nos municípios de Camucuí, Bibala, Virei, Tombua e Namibe o quadro é preocupante devido a escassez de chuva o que implica a falta de água e pastos obrigando a deslocação das populações para outras localidades. Estima-se que cerca de 297.453 populares estão afectados pela seca com tendência do número aumentar nos próximos anos.

### **d) Acidentes de aviação**

Durante o período de 2000 à 2004 foram registados 4 acidentes aeronáuticos com total de 117 mortos e a destruição total de 4 aeronaves, cuja origem foi a guerra e responsabilidade civil.

### **e) Incêndios de grandes proporções**

Registam-se incêndios com alguma frequência no País devendo-se destacar os seguintes: -

- O Paio de armamento em Luanda em 26/01/1997 que resultou com a sua destruição total e com a destruição parcial do Hospital Sanatório de Luanda, fábrica de medicamentos da Angoméica, Base de reparações dos Bombeiros e a Escola Nacional de Polícia.

- A fábrica de rádios e televisores de Luanda em 21/07/1993 cujos prejuízos foram estimados em USD 4.000.000 .

- O armazém do Ministério da Assistência e Reinserção Social em 13/04/1997 cujos prejuízos materiais foram a destruição de 1.600 toneladas de farinha de milho, 3.500 toneladas de óleo vegetal e a destruição parcial do armazém.

- O armazém da AROSFRAM em 14/07/1999 cujos prejuízos foram estimados em USD 8.000.000.

A destruição em 22/02/2004 de 150 tambores de combustíveis e uma viatura no incêndio ocorrido no município de Viana tendo provocado 84 mortos.

#### **f) Ravinas**

As ravinas são um fenómeno de erosão dos solos que são derivados principalmente pelos seguintes factores, tipos de solos existentes, obstrução do sistema de drenagem, construção desordenada e desarborização o que faz com que as águas fluviais não escoem de forma correcta e tomam uma direcção errada originando as ravinas.

Em Angola existem ravinas nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Huambo, Luanda, e com maior incidência nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.

Foram tomadas nos últimos três anos sobretudo na parte leste do país algumas acções de contenção implementando-se outros sistemas de drenagem de águas.

Contudo só vai ser possível acabar com as ravinas a partir do momento que começarmos a trabalhar num novo sistema de drenagem das cidades.

#### **g) HIV/SIDA**

Estima-se que em Angola a taxa de prevalência do HIV em 2001 foi de 5,7 por cento, o que significa que existem actualmente mais de 350,000 pessoas vivendo com o vírus que causa o SIDA. Segundo os cálculos mais recentes, prevê-se que a taxa de prevalência atinja entre 8,4 e 9,9 por cento em 2005, e entre 12,5 e 18,8 por cento em 2010. Quanto ao numero acumulado de mortes devidas ao SIDA, estima-se que este atinja entre 200 e 204 mil em 2005, e 516 a 582 mil ate 2010.

Devido as características socio-económicas da população angolana e as deslocações internas crescentes de pessoas devido ao estabelecimento da paz, estima-se que um forte crescimento da epidemia possa ocorrer no pais ao longo dos próximos anos.

Em resposta a urgente necessidade de travar o avanço da epidemia e de desenvolver capacidade para lidar com o problema, o Governo de Angola lançou-se na elaboração do Plano Estratégico Nacional (PEN) para as doenças sexualmente transmissíveis (DTS), VIH e SIDA. São objectivos centrais do Programa do Governo de luta contra o HIV/SIDA, os seguintes:

- i) Fortalecer a capacidade de resposta nacional para combater a epidemia do HIV/SIDA;
- ii) Conter a tendência de transmissão do HIV através do reforço da prevenção; e
- iii) Atenuar o impacto socio-económico do HIV/SIDA no individuo, família e comunidade.

Para alcançar estes objectivos o Governo estabeleceu alguns de princípios orientadores, entre eles garantir a integração das estratégias de combate ao HIV/SIDA

com as restantes estratégias sub sectoriais inerentes a **Estratégia de Combate a Pobreza**, dado que existe uma relação directa entre populações que se encontram em situação de pobreza e a sua vulnerabilidade para com a transmissão da epidemia. Também as questões de género e de falta de poder da mulher, inerentes a situações de pobreza, são um eixo determinante na propagação da epidemia nesse sentido também tem que ser abordadas de uma forma transversal na estratégia de combate ao HIV/SIDA.

Pretende-se com esta estratégia alcançar as seguintes metas, até 2007:

- 1) Acesso universal, da população sexualmente activa, a informação, educação e serviços incluindo preservativos, aconselhamento e testagem voluntária.
- 2) Prevalência das infecções sexualmente transmissíveis nas populações vulneráveis reduzida em 25 por cento.
- 3) Risco de contaminação sanguínea por HIV reduzido de 1 a 3 por cento.
- 4) Pesquisas realizadas sobre a sero-prevalência e subtipagem das estirpes de HIV circulantes no país.
- 5) Acesso alargado de pessoas infectadas ou afectadas pelo HIV/SIDA a serviços de aconselhamento e testagem voluntária, suporte psico-social, terapia com anti-retrovirais e outros pacotes essenciais de serviços, incluído saúde, educação e alimentação.

Os objectivos e metas desta estratégia estão também em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o qual estabelece a contenção do HIV/SIDA e a reversão das presentes tendências até 2015.

### **III. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E COMPROMISSOS POLÍTICOS**

#### **Lei de Bases de Protecção Civil**

Em Novembro de 2003, o Governo aprovou a Lei de Bases de Protecção Civil (Lei 28/03) com o objectivo de: (i) prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de acidentes graves, de calamidades naturais ou tecnológicas; (ii) atenuar os riscos colectivos resultantes de possíveis desastres; (iii) socorrer e assistir as pessoas atingidas ou em perigo eminente para a prevenção e resposta aos desastres naturais e tecnológicos.

A Lei inclui a definição da Política de Protecção Civil e atribui ao Governo a responsabilidade do seu desenvolvimento.

Do ponto de vista institucional a Lei 28/03 estabelece os seguintes órgãos:

Conselho Nacional de Protecção Civil um órgão interministerial de auscultação e consulta do Chefe do Governo em matéria de Protecção Civil.

O Conselho Nacional de Protecção Civil, é um órgão político de coordenação e é presidido pelo Chefe de Governo (ou delegado no Ministro do Interior) e dele fazem parte 20 Ministérios e outras instâncias (p.e. os governadores provinciais) como a seguir se indica:



- Ministro da Defesa Nacional.
- Ministro do Interior.
- Ministro do Planeamento.
- Ministro de Administração Do Território
- Ministro das Finanças.
- Ministro dos Petróleos.
- Ministro das Pescas
- Ministro de Urbanismo E Ambiente
- Ministro da Industria
- Ministro da Agricultura E Desenvolvimento Rural.
- Ministro da Saúde.
- Ministro da Educação.
- Ministro da Cultura.
- Ministro da Ciência E Tecnologia
- Ministro dos Transportes.
- Ministro de Obras Públicas.
- Ministro do Comércio.
- Ministro de Hotelaria E Turismo.
- Ministro de Assistência E Reinserção Social.
- Ministro da Comunicação Social.
- Ministro de Energia E Águas.
- Chefe do Serviço Nacional De Protecção Civil.
- Outras Entidades.

Comissão Nacional de Protecção Civil que é o órgão especializado de assessoria técnica e de coordenação operacional da actividade dos organismos e estruturas de protecção civil.

Para além dos Ministérios membros do Conselho Nacional, fazem parte da Comissão as seguintes instituições: a Policia Nacional, as Forças Armadas, o Serviço de Bombeiros, a Aviação Civil, a Marinha Mercante e Portos e o Instituto de Meteorologia.

O Director do Serviço Nacional de Protecção Civil faz parte dos dois mecanismos e assegura o vínculo entre o nível técnico e político.

Os mecanismos de coordenação multi-sectorial e a relação com as instituições ministeriais responsáveis nos processos de planificação de prevenção e gestão de desastres serão abordados no marco das acções previstas no âmbito da implementação do Sistema Nacional de Protecção Civil, uma vês que ate a momento foram levadas acções de forma não coordenada.

Algumas iniciativas existentes que contribuem para a redução de riscos no País foram desenvolvidas pelo Governo Angolano que está a implementar e a preparar planos e programas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um ambiente sadio para a população, nomeadamente:

- O Programa Nacional de Gestão Ambiental que identifica os sectores sensíveis e indica as medidas de actuação por sector.
- A Estratégia Nacional de Conservação da Diversidade Biológica e Plano de Acção correspondente.

- A realização do estudo visando a elaboração do estado actual do ambiente.
- O Plano Director de gestão integrada da Orla costeira.
- A aplicação do princípio da FAO “ Pesca responsável “ nas actividades pesqueira.
- O estudo e medidas que preservam os solos.
- O investimento nas infra-estruturas de saneamento básico.
- A aplicação de medidas contra a poluição das águas e a segurança química.
- O desenvolvimento de um sistema que evita desflorestação mas também promove a implantação de bosques energéticos.

Existem Organizações não governamentais (ONG) a trabalharem em Programa de reflorestação em algumas Províncias do país. O Governo está a executar este mesmo programa na província do Namibe com vista a impedir o avanço constante do deserto.

Existem programas técnicos sobre a redução do impacto de desastres nas áreas de prevenção contra incêndios, prevenção rodoviária e ambiental, que têm sido desencadeados principalmente pelas seguintes instituições:

- Ministério do Urbanismo e Ambiente.
- Serviço Nacional de Bombeiros.
- Instituto de Investigação Marinha.
- Sociedade Angolana de Combustíveis.
- Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto.
- Fundação Quissama.
- Juventude Ecológica de Angola.
- Fundação Maiombe

Estas acções incluem, entre outros, os seguintes programas:

- 1) Programa de actividades de mobilização e informação as populações sobre os riscos de incêndios no sector residencial.
- 2) Actividades de profilaxia nas crianças e no sector da saúde respeito os cuidados a terem no uso de fontes de calor.
- 3) Sensibilização e mobilização das populações em situações de emergência e gestão de desastres.
- 4) Visitas de inspecção contra incêndios nos sectores de industria, petróleos, minas, agropecuária, marítimas, centros sociais, unidades militares, centros de turismo e hotelaria.
- 5) Actividades de segurança e assistência aos cidadãos no abastecimento de água potável e serviços de ambulâncias, em coordenação com os hospitais do país.
- 6) Ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira.
- 7) Garantir a participação dos cidadãos em todas as tomadas de decisão que impliquem desequilíbrios ambientais e sociais.
- 8) Constituir, consolidar e reforçar uma rede de áreas de protecção ambiental.

#### **IV. APLICAÇÕES/INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS**

Actualmente não existem no País mecanismos para monitorar e mapear os riscos. O mapa cartográfico actualmente existente foi elaborado para as regiões sísmicas de Angola para o período de 1943-1964, mas foi considerado dentro do âmbito do projecto de Apoio à Criação de um Sistema Nacional de Protecção Civil lá actualização do dito mapa cartográfico, que se prevê ser executado durante o ano 2005.

No país não existe nenhum sistema de alerta prévio em funcionamento, mas esta situação está contemplada no projecto de apoio a implementação do Sistema Nacional de Protecção Civil.

#### **V. GESTÃO DE CONHECIMENTOS**

Neste capítulo podemos afirmar que no país não existe presentemente um sistema de gestão de informação sobre riscos e desastres, porque esta matéria é gerida na maior parte dos casos pelas autoridades locais (governos provinciais) e algumas organizações não governamentais, mas sem que haja um sistema organizado de âmbito nacional.

Com a criação da Lei de Bases de Protecção Civil vamos trabalhar na organização de um Sistema mais abrangente contando com a colaboração dos Agentes de Protecção Civil e das Instituições de Investigação Científica, com a participação dos Governos Provinciais e das organizações não governamentais, por meio da realização de encontros nacionais, seminários e treinamento de quadros a nível nacional.

#### **VI. PLANOS DE PREPARAÇÃO DE CONTIGÊNCIA.**

São os governos provinciais quem tem se responsabilizado da coordenação, da prontidão e resposta a desastres através da criação de comissões multisectoriais.

Os recursos humanos e financeiros disponíveis para acudir situações de emergência não têm sido suficientes, e podemos mesmo afirmar que são exíguos, se tivermos em conta as grandes dificuldades durante as operações. Quanto a eficácia dos equipamentos, também podemos frisar que não têm sido o desejável, visto que alguns casos faltam e os disponíveis não correspondem à dimensão dos desastres.

#### **VII. PRATICAS DE GESTÃO DOS RISCOS DE DESATRES**

##### **Experiência de Luanda Sul**

O Programa de Infra-estrutura urbana auto financiado, “Luanda Sul”, ganhou um prémio Internacional do Dubai pela melhoria de condições de vida. O programa teve êxitos por abarcar objectivos na redução dos riscos do quotidiano. Os perigos que as populações corriam diariamente foram reduzidos através do acesso a infra-estruturas urbanas, incluindo a construção de fontanários de água, sistema de drenagem, rede

eléctrica, habitações para 16,702 pessoas, contando com a parceria entre as instituições governamentais, sector privado, organizações comunitárias e a população que vivia em assentamentos temporários, muitos desalojados pela guerra. A comunidade participou no planeamento do programa, recursos técnicos e humanos vieram de um grupo de especialistas em urbanismo e infra-estruturas. O desenvolvimento destas inclui facilidades para as comunidades tais como, escolas, estabelecimentos comerciais um parque industrial e um hospital. A continuidade esta assegurada, pois o programa agora e parte do “ Plano Director de Luanda” apoiado pelo Banco Mundial.

Outro exemplo foi o Programa de Regularização dos Rios Coporolo, Cavaco e Catumbela na Província de Benguela que prévio a protecção em zonas de galgamento das aguas, protecção das instalações sociais de zonas marginais, protecção de varias infra-estruturas, protecção das populações, protecção das áreas agrícolas e protecção de estradas.

### **VIII. PROPOSTAS A SEREM ABORDADAS DURANTE A CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE A REDUÇÃO DE DESASTRES**

Como fazer as ligações entre as boas praticas de governação e a redução de riscos de desastres dentro dos processos de planificação do desenvolvimento.

Incorporação da visão da gestão dos desastres nos processo de planificação para o desenvolvimento e a maneira de evitar a criação de novos riscos derivados da implementação de projectos de desenvolvimento.

Como criar e desenvolver institutos nacionais e leis para a redução e gestão dos desastres

Como colaborar com os países vizinhos e aqueles com maior experiências em termos de gestão redução dos riscos de desastres (por meio de trabalho em redes, gestão de conhecimentos, etc.)

Como criar indicadores para a monitorização e elaboração de uma página web em matéria de redução dos riscos de desastres.

Como apoiar o estabelecimento gradual do Serviço Nacional de Protecção Civil nos países em via de desenvolvimento.

Como apoiar a preparação de planos de acção Nacionais na área da gestão e prevenção de desastres.

Como capacitar os governos na coordenação e ajuda de emergência assim como da integração nas estruturas regionais na área da gestão e prevenção de desastres (SADC, OICP e EIRD), etc.